

## **POLÍTICA E GOVERNANÇA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: MERCANTILIZAÇÃO E COMPROMETIMENTO DA QUALIDADE**

Aline Veiga dos Santos (Mestranda em Educação da Universidade Católica de Brasília – aveigadossantos@gmail.com)

Ranilce Guimarães-Iosif (Prof<sup>a</sup>. do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Católica de Brasília – ranilce@ucb.com.br)

### **GT 1. Política e gestão da educação e Sistema Nacional de Educação**

#### **INTRODUÇÃO**

A governança da educação superior brasileira tornou-se um termo chave na política contemporânea e relaciona-se diretamente com as profundas mudanças no Estado, principalmente, no que se refere às transformações ocorridas na gestão pública, que passou a receber grande influência dos organismos internacionais, tais como, Banco Mundial (BM), Organização da Mundial do Comércio (OMC), Organização de Cooperação e Desenvolvimento (OCDE) e do mercado. Essa nova dinâmica promoveu a competitividade e a descentralização dos serviços educacionais e incluiu formas diferenciadas de ofertar e organizar a educação.

O atual modelo de gestão, resultante da presença do neoliberalismo nas políticas públicas nas últimas décadas, permitiu que novos atores entrassem em cena no disputado campo da educação, que deixou de ser considerada como bem comum para ser vista como serviço comercializável (GUIMARAES-IOSIF; SANTOS, 2012). Diante desse cenário, a educação superior tornou-se um negócio altamente rentável, intensificando o interesse por seu controle.

A expansão e a governança da educação superior no Brasil são embaladas pelas fusões e aquisições institucionais e pela crescente inserção de capital estrangeiro. Por não haver uma regulamentação estatal quanto a esses processos, o segmento educacional fica cada vez mais nas mãos do mercado nacional e internacional. Os princípios empresariais empregados na educação têm permitido a proliferação de grandes redes de ensino e descrevem os caminhos para a monopolização do mercado educacional.

Diante desse contexto, este artigo, parte de uma pesquisa teórica em andamento, discute os desafios contemporâneos da política e governança da educação superior no Brasil. O texto está dividido em três partes. Primeiramente, apresenta o panorama atual da educação superior diante da sociedade globalizada de cunho neoliberal. Em seguida, aponta que as concepções e práticas da governança priorizam as questões ligadas à eficiência econômica e competitiva em detrimento da qualidade. E na terceira parte, discute a questão da mercantilização da educação superior no país e a expansão das fusões institucionais no setor. O artigo conclui que a abertura de capital, dos grandes grupos educacionais, na bolsa de valores abre espaço para que a governança da educação superior no país seja fortemente influenciada pelo mercado, o que

compromete a qualidade do ensino, a autonomia universitária e o compromisso social da universidade brasileira.

## **1 A política de educação superior em tempos de globalização neoliberal**

Nas últimas décadas, a Educação Superior ultrapassou as fronteiras dos Estados-Nação e assumiu novos e distintos papéis diante do mundo globalizado. Atualmente, este setor educacional desperta interesse não só das Universidades ou dos governos locais, mas também de novos atores nacionais e internacionais que passaram a ter grande influência no processo de elaboração e implementação de políticas públicas, fazendo com que a educação, como responsabilidade do Estado, seja cada vez mais questionada (LEUZE; MARTENS; RUSCONI, 2007). Com a mudança do papel do Estado enquanto regulador das políticas educacionais, o mercado passou a fazer parte do processo de tomada de decisão.

O governo, apesar de ter criado algumas políticas para ampliar o número de matrículas, *campi* e universidades no setor público, como o REUNI<sup>1</sup>, passou a adotar uma postura cada vez mais flexível em relação ao avanço do setor privado. Dentro desse novo cenário, as políticas de avaliação, de educação a distância e de internacionalização entraram na agenda e se tornaram as principais metas dos órgãos voltados para a educação superior no Brasil. Por outro lado, as políticas direcionadas à promoção da qualidade e equidade ocupam cada vez menos espaço em um campo político de disputas onde o mais importante é o lucro (GUIMARAES-IOSIF; SANTOS, 2012). Boaventura Santos, em entrevista concedida à “Revista Ensino Superior” (FAGUNDES, 2012), ressalta que a economia globalizada alcançou também as universidades e transformou o conhecimento em mais um produto a ser comercializado. Para o sociólogo, a universidade está numa encruzilhada por duas razões: a) ser determinada por uma visão neoliberal, onde os projetos nacionais não são mais o foco e não há uma economia nacional, mas sim uma economia globalizada e; b) aceitar que o conhecimento seja cada vez mais ditado pelas regras do mercado, o que transforma as universidades em empresas. Nesse contexto, professores e alunos são tratados como operários e clientes e não como cidadãos emancipados.

Almeida Filho (2008) ressalta que o modelo de educação superior predominante no país é fruto de uma estrutura curricular linear e fragmentadora do conhecimento; de modelos superados de formação profissional e acadêmica; de reformas universitárias incompletas ou frustradas; e da desregulamentação do setor. O processo de mercantilização da educação superior provocou uma profunda mudança no currículo, na missão e na estrutura da universidade. As políticas do Estado brasileiro, tais como a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases Nacional, Lei nº 9.394/1996, subscreveram e alinharam-se às políticas capitalistas neoliberais de desenvolvimento. Apesar dos avanços educacionais inegáveis, nas últimas duas décadas, adotou-se um modelo mercadológico que se sobrepõe à garantia dos direitos sociais. Segundo Oliveira (2009), estamos diante de uma situação em que não é possível frear o avanço do mercado educacional por formulações compartilhadas por parte da sociedade. Mesmo com a previsão legal no texto constitucional de que a educação é um direito social e dever do Estado, o mercado avança vertiginosamente.

O caráter da política de governo adotada pelo Estado Brasileiro no período de Fernando Henrique (1995-2002) e Lula (2003-2010) promoveu deliberadamente a “abertura da educação superior como campo de mercado desregulamentado”, atendendo a duas fortes tendências no sistema de ensino superior: a privatização e a internacionalização (ALMEIDA FILHO, 2008, p. 110). A privatização ampliou rapidamente o número de vagas, principalmente nas instituições privadas, em sua maioria, operadas por empreendedores que visam ao lucro em primeiro lugar. Por outro lado, a autora alerta que os países em desenvolvimento, como o Brasil, foram invadidos por publicidade massiva dos programas de *Master of Business Administration* (MBA) e outros pacotes de educação instantânea ofertadas por instituições norte-americanas e europeias, o que compromete a qualidade da educação nacional. Esse conjunto de elementos, segundo Oliveira (2009, p. 742), “criou um próspero e afluente mercado, cuja faceta mais importante refere-se à penetração de capital financeiro na educação e a conseqüente internacionalização da oferta educacional”.

Mancebo (2010) destaca que as políticas implementadas na educação superior brasileira desenvolvem-se num ambiente macro e determinante, de modo que – o empresariamento, a mercantilização, a privatização, a produtividade, a competitividade, a heteronomia institucional e profissional – aproximam-se e são complementares às principais categorias das reformas advogadas no Processo de Bolonha, no modelo de educação difundido pelo BM e nas proposições dos Acordos de Livre Comércio. Essas características direcionam a gestão das universidades aos moldes empresariais, esvaecendo o seu caráter de instituição social voltada para a formação crítica e para a solução de problemas nacionais. Scherrer (2007) argumenta que o Acordo Geral de Comércio de Serviços (AGCS) da OMC oferece um modelo político e legal para re-transformação da educação em mercadoria e desregulamentação desse setor. Como consequência, a governança da educação pelo Estado-Nação, bem como a percepção da educação como um bem público estão ameaçadas.

Uma das maiores contradições no contexto educacional do país é compreender por que o Brasil acata as diretrizes impostas pelas agências multilaterais e pelo mercado global quando sua economia está em pleno processo de crescimento? A resposta para essa questão, de certa forma, está relacionada ao novo modelo de governança educacional caracterizado por uma teia de relações entre instituições nacionais e internacionais, que participam dos processos de decisão. Nesse cenário, novos e velhos atores entram em cena no complexo jogo de poder (DALE, 2010). Guimarães-Iosif, Santos e Westphal (2012) salientam que na tentativa de não ficar atrás na corrida pelo lucro advindo da expansão da educação superior, o Brasil passou a adotar políticas que privilegiam os interesses de grandes corporações no lugar de encorajar práticas educativas de qualidade voltadas para a equidade e emancipação social, elementos tão cruciais para a democratização da cidadania no país. Assim, compactua com um modelo de educação superior que reforça laços históricos de colonização ao invés de descolonizar e emancipar.

## **2 A governança da educação superior**

O termo governança adentrou na esfera educacional, a partir da década de 90, e tomou forma com a difusão dos princípios de governança difundidos pelo BM no Documento *Governance and Development* (WORLD BANK, 1992). Ao propor um modelo de “boa governança educacional” fundamentado em quatro princípios: gestão pública baseada no princípio da eficiência, estrutura legal, *accountability*, e transparência; o BM estabeleceu um novo caminho para o desenvolvimento mundial através das reformas educacionais e passou a priorizar a instrumentalidade dos serviços. Tavares (2011) salienta que, desde então, o conceito de governança passou a fazer parte também dos documentos elaborados por outras agências de cooperação internacionais, tais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

A observação preliminar de Amos (2010, p. 26) é que a governança considera o “surgimento e a influência do nível internacional ou transnacional indicativo de transformações significativas no entrelaçamento dos Estados e as respectivas implicações dessas novas configurações em áreas tradicionalmente consideradas focos de tarefas e obrigações primordiais do Estado”. Desse modo, Amos assinala que os organismos multilaterais, além de executar as políticas educacionais em um nível multiescalar, criam suas próprias agendas, constituem um nível transnacional na educação e se esforçam para controlar os resultados educacionais por meio da avaliação.

Dale (2010) acrescenta que o processo de tomada de decisão reside em diferentes instituições de coordenação que dividem entre si o processo de governança no novo contexto das políticas educacionais, tais como Estado, mercado, comunidade e lar. No entanto, apesar de ter seu papel cada vez mais limitado pela presença do mercado, o Estado, geralmente, assume a posição de “coordenação da coordenação”. O autor chama atenção para o caráter multiescalar da governança educacional, onde as políticas educacionais não podem mais ser concebidas como reserva exclusiva do Estado-Nação. Assim, torna-se fundamental compreender e enfrentar essa nova dinâmica que não significa apenas um jogo de soma nula, mais sim, um jogo caracterizado por uma divisão de trabalho entre as escalas – subnacional, nacional e supranacional.

Desde a década de 90, Santos (2010) relata que a governança tornou-se a matriz política da globalização neoliberal, isto é, a estrutura básica de um ambiente fomentador de toda rede de ideias pragmáticas de padrões de comportamento cooperativo, partilhados por um grupo de atores selecionados com os seus respectivos interesses. Para identificar o significado político da governança neoliberal, é preciso prestar atenção ao não dito, ao que está silenciado, como as transformações sociais, a participação popular, o contrato social, a justiça social, as relações de poder e a conflitualidade. Nessa direção, Tavares (2011, p.180) assinala que o modelo de boa governança priorizado pela globalização neoliberal representa “a capacidade que o Estado tem de reduzir sua dimensão pública, impondo sua minimização na condução das políticas públicas, as quais passam a depender do mercado, na dinâmica própria da esfera do privado”. Portanto, o fortalecimento da dimensão pública certamente demanda o fortalecimento da própria sociedade civil uma vez que esta também constitui agente crucial do processo contemporâneo de governança.

O conceito de governança ganhou espaço na área de políticas públicas de educação e por todas as contradições e polissemias que o acompanha, certamente merece ser melhor problematizado (GUIMARÃES-IOSIF; SANTOS, 2012). É preciso ir além da concepção de governança corporativa voltada para a educação que, segundo Tavares (2011), passou a fazer

parte da gestão dos estabelecimentos de ensino superior privados, que visam assegurar sustentabilidade e retorno do capital investido. O importante dentro dessa concepção é criar um modelo que aproxima a universidade ao molde empresarial, direcionado à eficácia e aos resultados, tornando-a segura para seus proprietários, bem qualificada no mercado e atrativa aos investidores. Nesse cenário, a concepção de educação de qualidade se reduz aos resultados obtidos pelos alunos por meios de testes padronizados, geralmente, manipulados. Visando cortes nos gastos, as instituições investem cada vez menos em atividades de pesquisa e extensão.

Em 2000, a Bolsa de Valores de São Paulo<sup>2</sup> criou níveis diferenciados de governança corporativa, com a finalidade de proporcionar um ambiente de negociação que estimulasse, concomitantemente, o interesse dos investidores e a valorização das companhias. Nesse contexto, as companhias educacionais, que negociam ações na bolsa de valores, passaram a atuar com segmentos especiais de governança corporativa. O foco desses grupos é o domínio do mercado educacional e a maximização dos lucros.

O cenário da educação superior passou a acomodar além das instituições públicas, as universidades particulares, estas últimas resultantes do agrupamento de atores com diferentes formatos jurídicos e finalidades econômicas, compondo um conjunto bastante diversificado e diferenciado em seus fins e na própria concepção de universidade. Tudo isso aconteceu com evidentes diferenças no modelo de governança adotado pelas instituições, com reflexos na forma de administração acadêmica, nas relações com o alunado e com o corpo docente e técnico-administrativo, bem como na forma de inserção dessas universidades no meio social onde atuam. (TAVARES, 2011, p. 176).

Compreender o complexo campo da governança da educação superior no país e identificar quais são os maiores interesses dos agentes que fazem parte desse campo de disputa tão importante para a sociedade é certamente um desafio. Assim, se quase 80% das matrículas da educação superior estão nas mãos do setor privado, quem são e o que querem os atores que controlam e que decidem o modelo de educação superior ofertado no país? Que tipo de cidadão se almeja educar dentro dessa nova forma de governar a educação? É possível encontrar ou construir um modelo alternativo de governança que valorize também a qualidade da educação e a promoção da equidade social no país? Como fica a autonomia universitária e docente dentro dessa nova forma de se fazer educação superior no Brasil e no mundo?

Apesar de as diretrizes neoliberais visarem à redução do espaço da sociedade civil, Santos (2010) aponta que ela tem conseguido se organizar e propor alternativas para o modelo hegemônico de globalização e governança, articulando-se em redes nacionais e globais que lutam pela garantia de direitos que estão sendo ameaçados pelas políticas públicas de cunho neoliberal. O modelo de governação contra-hegemônica proposto por Santos (2010) inclui a articulação e a coordenação entre os vários movimentos sociais e organizações da sociedade civil. O objetivo reside na combinação de estratégias e táticas na definição de agendas e no planejamento que priorize a efetivação de ações coletivas.

Ao aplicarmos essa concepção no contexto da educação superior, torna-se urgente o resgate das organizações que representam alunos e profissionais que atuam no setor, tais como as entidades estudantis, as associações, sindicatos dos docentes e outros. O desafio é criar espaços para que esses agentes e instituições se articulem nacional e internacionalmente em prol da defesa de uma educação superior que não seja concebida e tratada apenas como uma

mercadoria. Santos (2010) acrescenta que o modelo de governação contra-hegemônica propõe um novo modelo de emancipação e transformação social. Nesse contexto, a sociedade civil encontrará meios criativos e efetivos para se inserir inteligentemente no jogo de disputas dominado pelo mercado, que interfere diretamente na definição da agenda e nas ações.

### 3 Mercantilização da educação superior

A rápida e crescente expansão da educação superior no Brasil nos últimos anos despertou a atenção dos investidores, devido ao extraordinário potencial gerador de lucros do setor. Baseado em dados de 2009, o documento, *Global Education Digest* (UNESCO, 2011), assinala que o Brasil é o maior mercado de ensino superior da América Latina e o 5º maior do mundo. Nessa direção, os dados do Censo da Educação Superior 2010 (BRASIL, 2011) apontam um futuro promissor para os investidores: a) o número de matrículas no ensino superior aumentou 110% entre 2001 e 2010, passando de 3 para 6,3 milhões, no entanto, ainda não conseguiu equacionar o atendimento quantitativo à demanda correspondente ao ensino médio; b) apenas 1,6 milhões (25,4%) de estudantes estão matriculados na rede pública e 4,7 milhões (74,6%) estão na privada, a tendência é que o número de alunos matriculados em instituições privadas aumente; c) o país conta com 2.377 instituições, 278 públicas (11,7%) e 2.099 privadas (88,3%). Todavia, cabe lembrar que apesar do avanço considerável no número de matrículas na última década, apenas 14,4% dos jovens entre 18 e 24 anos estão matriculados no ensino superior. Essa porcentagem superior ainda está abaixo do mínimo estabelecido no Plano Nacional de Educação (PNE) de 2001-2010, que era alcançar pelo menos 30% da população na faixa etária supracitada.

O Ministro da Educação, Aloísio Mercadante, destacou que é imperativo a adoção de mecanismos para controlar a qualidade nas instituições privadas, responsáveis por 74,6% das matrículas de todos os universitários do país. Para o ministro, a atual fase de abertura de capital dos grupos educacionais e a dinâmica crescente de fusão e concentração do ensino particular nas mãos de grandes grupos financeiros requer controle sistemático da avaliação, regulação e supervisão dessas instituições (FERREIRA, 2012).

Mais do que a transformação da educação em mercadoria, o que se observa é um processo intenso de concentração de poder nas mãos de um pequeno grupo de empreendedores da educação. Oliveira (2009, p. 754) destaca que é admissível falar em processo de oligopolização, “o número de fornecedores tende a se concentrar ainda mais nos próximos anos e uma fatia significativa do mercado tende a ficar com os maiores grupos”. Poucas instituições serão capazes de manter as condições atuais de sustentação exclusivamente por mensalidades, sendo assim, apenas um grupo restrito conseguirá ocupar nichos específicos no mercado sem ser acossado pelas instituições mais fortes.

Netto (2011) pontua que na dinâmica atual de reestruturação das entidades mantenedoras do setor educacional superior ocorreram duas formas de incorporação de recursos financeiros: 1) a venda parcial ou integral da entidade para instituições estrangeiras, que investiram pesadamente para adquirir o controle da companhia ou parte dela; 2) a oferta de ação na bolsa de valores, incorporando recursos para o aprimoramento e a ampliação de suas

atividades no mercado educacional. Para o autor, que é um dos maiores empresários do setor, em ambos os casos, os recursos oriundos dessas transações trouxeram diversos projetos de melhoria da qualidade nas instituições, como gestão profissionalizada, reestruturação física, planos de carreira regulamentados, governança corporativa.

O primeiro grupo da educação superior a abrir capital na bolsa de valores foi a Anhanguera Educacional em 2007. No mesmo ano, mais três instituições também passaram a negociar na bolsa: Estácio Participações, Sistema Educacional Brasileiro (SEB) e Kroton Educacional. A última empresa a entrar no ramo foi a Abril Educação<sup>3</sup> em 2011. A inserção dessas empresas no mercado de capitais atraiu um considerável aporte de recursos, o que lhes propiciou condição absolutamente privilegiada e supremacia no setor, constituindo-se verdadeiros conglomerados.

A efervescência do mercado está amparada pela legislação em vigor, que não impõe limites à participação estrangeira nas mantenedoras ou grupos educacionais. “Em nenhum dispositivo legal existe qualquer limitação à atuação da livre iniciativa de capital estrangeiro para manter e desenvolver a educação superior no país. Não importa a origem do capital nem a nacionalidade dos mantenedores de instituições educacionais privadas” (NETTO, 2011, p. 195). Falta uma política pública educacional séria, que regule essa nova dinâmica de governança da educação superior.

Os três maiores grupos educacionais – Anhanguera, Kroton e Estácio – detêm 24,2% do mercado de ensino superior privado no Brasil. Segundo Ryon Braga, presidente da *Hoper Educação*<sup>4</sup>, 34% (1,6 milhão) dos alunos do setor privado frequentam um dos campi dos 12 maiores grupos educacionais. “Não há registro de tamanha concentração nas mãos de instituições com fins lucrativos em todo o mundo”, afirma o consultor (SILVA, 2012, p. 28). A Anhanguera tornou-se o 2º maior grupo de ensino superior do mundo, após atingir o quadro de mais de 400 mil alunos no país, ficando atrás apenas do grupo americano *Apollo Group*, proprietário da Universidade de *Phoenix* nos Estados Unidos.

Com o domínio do setor por um seleto grupo de empresários, os riscos e as consequências desse novo modelo de governança atingem diretamente a qualidade do ensino, o trabalho docente e a sociedade de um modo geral. Presencia-se:

- a recorrente prática de demissão em massa de professores e novas contratações com salários menores. Professores doutores são substituídos por especialistas no intuito de reduzir gastos;
- a junção de turmas e salas superlotadas, que comprometem o trabalho docente e a qualidade da educação ofertada;
- a substituição dos professores em regime integral, por regime parcial ou horistas, o que não demonstra preocupação com a pesquisa ou extensão;
- o monopólio do setor. As instituições de pequeno porte não conseguem diminuir o valor das mensalidades a ponto de concorrerem com as redes de ensino que atuam em larga escala. Assim, as instituições menores acabam sendo incorporadas por esses grupos.
- o comprometimento da autonomia universitária, da aprendizagem discente e da cidadania docente, que se contradiz com a função social da universidade.

Os professores, na maioria das instituições de ensino superior privadas no país, são contratados por hora/aula, sem possibilidade de participar da realização de pesquisa, extensão e atividades de formação (MONFREDINI, 2009). Ao instituir no Decreto nº 2.207/97 que apenas as universidades têm a obrigação de manter a estrutura de ensino, pesquisa e extensão, o Estado, de certa forma, abriu espaço para que os empresários optem por investir apenas na oferta do ensino uma vez que esta demanda menos investimento financeiro. A tendência é que as instituições privadas, em sua grande maioria, permaneçam como centros universitários ou faculdades, pois não há a exigência de exercer atividades de pesquisa e lhes permite voltar apenas para as atividades ligadas ao ensino. Essas práticas, apesar de comprometerem a qualidade da educação ofertada, existem porque os proprietários das instituições privadas, que dominam esse setor, encontram espaço em uma legislação educacional contraditória e frágil, que privilegia os interesses do mercado em detrimento do bem comum.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modelo de governança hegemônico vigente imprime diretrizes que visam à desregulação estatal, a privatização e a redefinição das políticas de acordo com os interesses do mercado. O processo de fusão e concentração das instituições de ensino superior no Brasil e a crescente inserção do capital estrangeiro nesse segmento são questões complexas e exigem uma resposta governamental mais firme e comprometida com o bem público. Como resultado, presencia-se o investimento cada vez mais reduzido do Estado nas instituições públicas e uma maior autonomia do setor privado.

Torna-se urgente a revisão das políticas e da governança da educação superior uma vez que o atual modelo, ao priorizar os interesses do mercado, compromete diretamente a qualidade do ensino, o trabalho docente, a autonomia universitária e o compromisso social da universidade, elementos cruciais para o fortalecimento da cidadania democrática no país. Nesse cenário, fica evidente que a sociedade civil organizada precisa ter uma atuação mais emblemática. Todavia, o Estado também precisa sair de cima do muro e adotar uma política pública que limite e supervisione a expansão do mercado no setor. A falta de uma política pública não significa neutralidade, mas pode carregar em si o posicionamento de conivência do Estado com a expansão desregulada do mercado.

## Notas

---

<sup>1</sup> Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, criado em 2007 sob a influência do Processo de Bolonha, adotado em 1999 pela maioria dos países membros da União Europeia.

<sup>2</sup> Em 2008, a Bolsa de Valores de São Paulo integrou-se a Bolsa de Mercados & Futuros, e passou a ter a denominação BM&FBOVESPA. Informação disponível em <http://www.bmfbovespa.com.br/pt-br/intros/intro-sobre-a-bolsa.aspx?idioma=pt-br>. Portanto, nesse artigo será utilizada a expressão bolsa de valores.

<sup>3</sup> Das empresas listadas na bolsa de valores, a Abril Educação é a única companhia que não atua no segmento da educação superior.

<sup>4</sup> Empresa de consultoria no segmento educacional (<http://www.hoper.com.br/>).



---

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, N. Universidade Nova no Brasil. In: SANTOS, B. S.; ALMEIDA FILHO, N. *A Universidade no século XXI: para uma Universidade Nova*. Almedina, 2008, p. 79-182.

AMOS, K. Governança e governamentalidade: relação e relevância de dois conceitos científico-sociais proeminentes na educação comparada. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, vol.36, n. especial, p. 23-38, abr., 2010.

BRASIL. Congresso Nacional. *Decreto nº 2.207*, de 15 de abril de 1997. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D2207.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2207.htm)>. Acesso em: 08 fev. 2012.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Censo da Educação Superior*, 2010. MEC/INEP, 2011.

DALE, R. A sociologia da educação e o Estado após a globalização. *Educação & Sociedade*, Campinas, vol.31, n.113, p. 1099-1120, out.-dez., 2010.

FAGUNDES, L. O caminho do meio. *Revista Ensino Superior*, São Paulo, vol 14, n. 161, p. 14-17, fev., 2012.

FERREIRA, P. R. *Mercadante propõe controle de qualidade nas faculdades privadas*. 24 jan. 2012. Disponível em: <<http://www.unb.br/noticias/unbagencia/unbagencia.php?id=6174>>. Acesso em 27 jan. 2012.

GUIMARÃES-IOSIF, R. M.; SANTOS, A. V. A governança contemporânea na educação superior brasileira: atores, disputas e desafios. In: GUIMARÃES-IOSIF, R. M. (Org.) *Política e governança educacional: disputas, contradições e desafios diante da cidadania*. Brasília: Universa: Liber Livro, 2012, p. 99-128.

GUIMARÃES-IOSIF, R. M.; SANTOS, A. V.; WESTPHAL, A. M. S. Ensino Superior no Brasil: Internacionalização colonizadora ou emancipatória? In: CONGRESSO INTERNACIONAL LA UNIVERSIDAD POR EL DESARROLLO SOSTENIBLE, 8., Habana. 2012. *Anais...*Habana: Universidad Havana, 2012. 1 CD ROM.

LEUZE, K.; MARTENS, K.; RUSCONI, A. New Arenas of Education Governance – The impact of International Organizations and Markets on Education Policy Making. In: MARTENS, K.; RUSCONI, A.; LEUZE, K. (Eds.). *New Arenas of education governance: The impact of international organizations and markets*. New York: Palgrave Macmillan, 2007, p. 3-15.

MANCEBO, D. Trabalho docente na educação superior brasileira: mercantilização das relações e heteronomia acadêmica. *Revista Portuguesa de Educação*, v. 23, p. 73-91, 2010.

MONFREDINI, I. Políticas de Ensino Superior no Brasil: aspectos históricos e teóricos-metodológicos para o estudo das alternativas. In: ROMAO, J. E.; MONFREDINI, I. (Org).

---

*Prometeu desencantado: educação superior na Ibero-América*. Brasília: Líber Livro, 2009, p. 43-62.

NETTO, A. C. O capital estrangeiro e os investimentos na educação do Brasil. In: COLOMBO, S. S. et al. *Desafios da gestão universitária contemporânea*. Porto Alegre: Artmed, 2011, p. 191-206.

OLIVEIRA, R. A transformação da educação em mercadoria no Brasil. *Educação & Sociedade*, Campinas, vol. 30, n.108, p. 739-760, out. 2009.

SANTOS, B. S. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SCHERRER, C. GATS – Commodifying Education via Trade Treaties. In: MARTENS, K.; RUSCONI, A.; LEUZE, K. (Ed.). *New Arenas of education governance: The impact of international organizations and markets*. New York: Palgrave Macmillan, 2007. p. 117-135.

SILVA, S. Um jogo para profissionais. *Revista Ensino Superior*, São Paulo, vol. 14, n. 163, p. 28-33, abr., 2012.

TAVARES, S. M. N. Governança no ensino superior privado. In: COLOMBO, S. S. et al. *Desafios da gestão universitária contemporânea*. Porto Alegre: Artmed, 2011, p. 175-190.

UNESCO. *Global Education Digest: Comparing Education Statistics Across the World*. UNESCO, 2011.

WORLD BANK. *Governance and Development*. Washington, D. C., 1992.